

PROFESSORES EM MOVIMENTO: A EMERGÊNCIA DO TERMO “TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO” – DISCURSOS E IDENTIDADES

Maurício Estevam Cardoso¹

“A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado...”
Zygmunt Bauman

“Precisamos fazer com que o magistério seja mais que um sacerdócio. A pessoa não precisa fazer voto de pobreza para ser professor”². Em entrevista a uma revista de circulação nacional, o ministro da educação do Governo Lula, Fernando Haddad, revela uma situação que demonstra a permanência de uma representação acerca da identidade docente, a imagem do/a professor/a abnegado/a, a serviço de uma nobre missão, desprendido/a de ambições materiais. É o que Sarmiento (2000) classifica como a construção de uma ordem simbólica através da “metáfora missionária”, pela qual a profissão docente não é considerada como uma atividade social, mas “um serviço, a que se adere por vocação, que se desempenha com fervor e cujos ganhos são de natureza espiritual” (p.217). Se o ministro aponta em seu discurso ser necessário ultrapassar essa representação, significa que ela ainda está presente, seja no senso comum, seja na concepção de formuladores de políticas públicas para a educação, que ela ainda disputa com outras formas de representações a tentativa de elaboração e afirmação de uma determinada identidade docente.

No entanto, no Brasil, desde o final da década de 70 do século XX, algumas entidades de professores/as buscam contrapor a essa representação a noção de “trabalhadores da educação”, identificando os docentes como sujeitos que em muitos aspectos se assemelham aos operários, vivenciando os mesmos problemas, como longas jornadas de trabalho, distanciamento do controle do produto de seu trabalho, baixos salários e que, portanto, deveriam se organizar nos moldes dos sindicatos, adotando formas de mobilização semelhantes aos demais operários.

Tal concepção buscaria romper com a lógica da abnegação, do sacerdócio, visto que as condições de trabalho e salariais são questionadas, evidenciando uma nova postura em relação à imagem que o docente constrói para si e para a sociedade, estabelecendo, como afirma

¹ Mestrando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa “Políticas públicas e Educação” (Brasil). E-mail: mecardoso@yahoo.com.br

² Entrevista concedida à Revista *Isto é*, edição de 28 de novembro de 2008. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2039/artigo117700-1.htm>> Acesso em jan.2009.

Dubar (2005), uma transação objetiva entre identidades atribuídas/propostas e as identidades assumidas/incorporadas.

Esse confronto de representações revela a dimensão poliédrica da educação, multifacetada, e isso faz com que variadas interpretações surjam a respeito de qual seria o seu papel na sociedade e, por conseguinte, múltiplas imagens a respeito dos/as professores/as são construídas pelo senso comum, pela mídia, por órgãos governamentais ou organismos internacionais. Mas como os docentes têm sua imagem construída por suas entidades representativas, como se formata uma representação nos discursos produzidos por essas entidades?

A partir dessa questão buscou-se compreender como são (re)elaboradas as identidades profissionais docentes nos discursos produzidos por suas entidades representativas no Estado de Minas Gerais, as maneiras como, dialeticamente, esse discurso é constituinte de uma prática e por ela é constituído. Para tanto se analisou o momento de ruptura institucional ocorrido em sua então principal entidade representativa, a APPMG – Associação de Professores Públicos de Minas Gerais³ – e a criação de uma nova entidade, a UTE, União dos Trabalhadores no Ensino, no final da década de 1970. Parte-se do pressuposto de que a maneira como essas entidades representativas constroem determinadas imagens desses/as professores/as está relacionada às suas práticas sociais e profissionais e à medida que as configurações sociais vão diacronicamente se transformando, os discursos também vão passando por transformações, forjando identidades nas lutas de representação, materializadas nos textos produzidos por tais entidades.

A partir da análise do discurso realizada nos boletins informativos e periódicos produzidos pela APPMG e pela UTE no período compreendido entre os anos 1979-1982, procurou-se responder algumas questões que serviram de orientação para o desenvolvimento da pesquisa: de que maneira a construção de um discurso formata uma determinada representação? Como as entidades representativas dos professores canalizam ou expressam uma dada representação? Em que sentido podemos considerar a existência de uma “luta de representações” travada entre a APPMG, a UTE? Quais as diferenciações percebidas nos discursos a partir da análise de termos utilizados nos periódicos dessas entidades, tais como

³ A APPMG à essa época denominava-se Associação de **Professores Primários** de Minas Gerais. A denominação Associação de **Professores Públicos** de Minas Gerais passou a ser adotada a partir da mudança estatutária ocorrida em 30 de dezembro de 1980 (Arquivo APPMG. Grifo Nosso).

“classe”, “professor”, “professora”, “trabalhador”, “funcionário público”, “educador/a”, “professorado”, “magistério”? Como esses léxicos podem ser constituintes de uma prática e de uma representação?

O objetivo do trabalho e seu foco de investigação não está propriamente na análise da ruptura institucional e no processo histórico de constituição de uma nova entidade representativa dos/as professores/as em Minas Gerais, mas sim na análise da construção discursiva em torno de potenciais representações identitárias dos docentes formuladas por essas entidades em um determinado contexto sócio-histórico, com destaque para a emergência do termo “trabalhadores em educação”.

A partir dessa observação faz-se necessário descrever, mesmo que parcialmente, o percurso metodológico trilhado na pesquisa, bem como elaborar uma explanação em torno do conceito de identidade aqui trabalhado.

A análise do discurso: um roteiro de trabalho

Os pressupostos teóricos da análise do discurso que serviram como um roteiro de trabalho, uma base metodológica para o desenvolvimento da pesquisa, foram construídos a partir das proposições de Norman Fairclough (2001, 2001a) e Dominique Maingueneau (1997, 2008). Serão tratados a seguir alguns elementos da análise proposta por Fairclough (2001), suas “diretrizes gerais”, como um roteiro no qual serão acrescidos aspectos tratados por Maingueneau (1997, 2008), buscando-se formar um conjunto, mesmo que heterogêneo, capaz de fornecer uma base metodológica utilizada na análise da construção discursiva efetuada pela UTE e pela APPMG.

O modelo analítico proposto por Fairclough (2001) permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social, dessa forma constitui-se um instrumento de análise dos dados coletados que permite abranger vários aspectos dos discursos produzidos pela APPMG e pela UTE, buscando-se compreender como representações de identidades docentes são construídas a partir dos textos.

Dois conceitos centrais para a proposição teórico-metodológica a ser trabalhada são o de discurso e o de texto. Para Maingueneau (2008), o discurso “não é nem um sistema de ‘ideias’, nem uma totalidade estratificada que poderíamos decompor mecanicamente, mas um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação” (p.19).

Fairclough (2001), por sua vez, aponta três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: o discurso contribui para a construção de “identidades sociais”; o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas; o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. A esses aspectos construtivos do discurso, segundo Fairclough (2001), correspondem quatro funções da linguagem. A função identitária, que são os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; a função relacional, que estabelece como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas; a função ideacional, ou os modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações e, por fim, a função textual, que determina como as informações são trazidas ao texto, tomadas como dadas ou apresentadas como novas e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto e à situação social.

Trabalhamos com a distinção estabelecida por Maingueneau (2008, p.139) entre texto e enunciado. O texto seria os diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva, produções de ordem não linguística, mas que estão em conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas. Essa definição foi especialmente utilizada para a análise das charges publicadas nos periódicos da UTE e da APPMG. O enunciado seria o texto no sentido estrito, isto é, produções linguísticas.

Nesse sentido, o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma “prática discursiva, relacionado a uma ‘rede institucional’ de um grupo, aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível” (MAINGUENEAU, 2008, p.22-23).

Essa dimensão da prática discursiva possibilita o resgate da historicidade dos textos e do próprio discurso, pois a ideia, por exemplo, de “trabalhadores em educação”, muito provavelmente, não surgiu exclusivamente em Minas Gerais no final da década de 1970, por isso, compreender de que forma esse conceito é apropriado pela nascente UTE, quais suas origens, pode contribuir para se compreender melhor as condições sociais e políticas que forjaram a reelaboração de marcas identitárias e de que forma essa construção discursiva determina formas diferenciadas de práticas coletivas vivenciadas pelos docentes.

Para a análise dos dados coletados na pesquisa foi estabelecido o roteiro sistematizado por Fairclough (2001), que propõe um modelo tridimensional de análise, no qual os eventos discursivos são tratados em três dimensões, como texto, como prática discursiva e como prática social, dessa forma, qualquer evento discursivo é considerado simultaneamente um

texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do texto cuida da análise lingüística de textos (o vocabulário – lexicalizações –, a gramática, a estrutura textual); a dimensão da prática discursiva especifica a natureza dos processos de produção, distribuição e interpretação textual, dando-se ênfase na análise da interdiscursividade e da intertextualidade; e a dimensão da prática social cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva.

A constituição do *corpus* documental para o desenvolvimento da pesquisa partiu do pressuposto de que seja um conjunto de textos bem delimitado e definido para se trabalhar de maneira sistemática. Segundo Prost (1996), esse conjunto documental deve ser contrastivo, para que se possa fazer comparações – na pesquisa em desenvolvimento foram comparados os periódicos publicados pela UTE e pela APPMG e as maneiras como as representações que essas entidades fazem acerca das identidades docentes estão neles presentes; diacrônico, ou seja, deve se estender no tempo determinado pelo recorte temporal efetuado para que possa se recuperar as continuidades ou rupturas discursivas; e constituído, preferencialmente, de textos produzidos por instâncias coletivas, que tenham situações de comunicação determinadas, que possuam condições de consumo bem estabelecidas, como é o caso dos periódicos publicados pelas duas entidades, que se dirigem aos docentes (PROST, 1996, p.323). É preciso evidenciar que as categorias utilizadas para a análise do material agrupado não foram estabelecidas *a priori*, mas partiram dos propósitos e das ênfases determinadas pelo próprio objeto de pesquisa, sendo definidas à luz da documentação analisada.

O aporte teórico-metodológico exposto acima, construído a partir das proposições de Fairclough (2001, 2001a) e Maingueneau (1997, 2008), nos instrumentalizou, dotando-nos de um “roteiro de trabalho” que permitiu compreender as transformações nas maneiras como os docentes são representados por suas entidades, resgatando as identidades relacionadas a essa profissão e a esses/as profissionais, pois o resgate de sua história é necessariamente o resgate de suas identidades, ponto central para se pensar qualquer mudança, qualquer postura frente aos desafios colocados pela realidade, para se pensar as formulações de políticas públicas para a educação. Possibilita lançar um novo olhar sobre as configurações sociais e, especialmente, sobre o próprio caráter da profissão docente.

Identidade: um “conceito contestado”

A complexidade da questão da(s) identidade(s) impõe ao pesquisador diferenciar os pressupostos a partir dos quais este conceito é formulado. De acordo com Dubar (2005), não existe uma identidade profissional em essência, imutável, que acompanhe o sujeito, ou um grupo social, ao longo de sua existência sem sofrer transformações. As identidades são construções sociais e de linguagens, são relativas a uma determinada época histórica, a um determinado contexto sócio-político, pois como afirma Martuccelli (2002), “nenhuma identidade pré-existe à sua construção” (p.407. Tradução nossa). Essa visão “construtivista” se opõe a uma ideia “essencialista” da identidade, para a qual haveria uma identidade coerente e única que acompanharia o indivíduo por toda a vida. Nesse sentido, quando tratamos de identidades docentes, podemos entender que missão ou sacerdócio, trabalho ou profissão, expressam representações identitárias ligadas a contextos sócio-históricos específicos, representações essas que se entrecruzam, se contradizem, em um processo incessante de reelaboração. Por isso, opta-se neste artigo em trabalhar o conceito no plural – “identidades” – pois dessa forma evitam-se os reducionismos que desconsideram a dinâmica social, a pluralidade dos sujeitos e das instituições sociais.

Para Dubar (2005), a elaboração de formas identitárias articula dois sentidos do termo socialização e do termo identidade: a socialização relacional dos atores em um contexto de ação, (re)elaborando “identidades para o outro”; e a socialização biográfica dos atores em uma trajetória social, (re)elaborando as “identidades para si”. As identidades sociais e profissionais são, portanto, marcadas por essa dualidade entre o processo relacional (atos de atribuição) e o processo biográfico (atos de pertencimento) e devem ser consideradas em processos históricos específicos e em contextos simbólicos próprios, por isso afirma-se que “a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (DUBAR, 2005, p.135). Dessa forma, a chave do processo de construção das identidades sociais/profissionais estaria em reduzir distâncias entre as “identidades para si” e as “identidades para o outro”. A questão central que se coloca a partir dessa proposição envolve a maneira pela qual a UTE formula representações de como os docentes se identificam uns com os outros e, dessa forma, constrói simultaneamente uma imagem de si.

A construção de uma determinada identidade, por exemplo, a de “trabalhadores em educação”, seria marcada por processos contraditórios, tensões e incertezas entre as trajetórias biográficas decorrentes de experiências individuais e grupais e as situações relacionais

vivenciadas em um determinado meio, seja o *metier* profissional ou social, por parte dos atores envolvidos. Sob essa ótica de análise, a construção de definições identitárias comportaria diversas dimensões, não se reduzindo à interiorização pelos atores sociais de categorias pré-estabelecidas, como as socioeconômicas (categoria sócio-profissional ou origem social) ou sócio-culturais (nível escolar, origem étnica, gênero). O que deve ser levado em consideração no processo de construção de identidades, de acordo com Dubar (2005), seria o processo de socialização no qual estão envolvidos os atores sociais, como suas identidades sociais e profissionais são construídas nesse processo.

Ainda de acordo com Dubar (2005), haveria dois sistemas estruturantes de identidade, primeiro a partir de uma atividade instrumental, que une em torno dos processos de trabalho as finalidades econômicas e os meios técnicos e organizacionais para alcançá-los; segundo, a partir de uma atividade comunicativa, que estrutura a interação entre os indivíduos – sua identidade – por meio das práticas linguísticas.

A partir desta análise de Dubar (2005) pode se considerar a hipótese de que no processo de constituição identitária dos docentes as condições de vida e trabalho, níveis de renda e os meios técnicos disponíveis aos docentes nas escolas brasileiras estruturariam identificações com os trabalhadores assalariados, aspecto explorado pela UTE em sua construção identitária em torno do termo “trabalhadores em educação”. Por sua vez, as finalidades da atividade e suas práticas linguísticas estruturariam identificações com ações abnegadas, às imagens de sacerdócio e missão.

Seguindo o referencial de Dubar (2005) podemos considerar então a presença de sistemas estruturantes em tensão, não inteiramente complementares, nas construções identitárias dos docentes. O primeiro decorrente da atividade instrumental e o segundo da atividade comunicativa que estrutura a interação sócio-profissional. No entanto, em Dubar (2005) verifica-se, ainda, que as formas identitárias prevalecentes articulam processos distintos de socialização, singularizando cada ator em uma profissão. Biografias, representações e atividade instrumental e comunicacional constituem para esse autor os elementos que configuram múltiplas identidades com aproximações e dissensos.

Cattonar (2001) reitera que essas identidades são, também, ligadas a múltiplas trajetórias dos indivíduos – familiares, escolares, profissionais – e pertencimentos sociais – sexo, idade, religião, classe social etc. – e relacionadas a um contexto temporal e espacial, daí não ser possível reduzir a identidade profissional docente somente a um sentimento subjetivo de

pertencimento a uma coletividade, nem a um processo de mera assimilação de uma determinada cultura profissional.

Tanto Cattonar (2001), quanto Dubar (2005) apontam para a necessidade de se compreender os processos estruturantes de construção das identidades, trabalham na perspectiva de conceber as identidades de forma plural, não se encerrando em apenas uma única dimensão. De acordo com esses autores, as identidades profissionais dos docentes são analisadas como um movimento, uma construção dinâmica, um processo contínuo, que pode conhecer fases de rupturas, de continuidades ou de reelaborações a partir de modelos anteriores de identificação. A nosso ver, esse aspecto é fundamental para podermos compreender possíveis tensões no processo de (re)formulação de um - ou mais - modelo identitário dos docentes quando da emergência do termo “trabalhadores em educação”.

Hall (2006) aponta que a identidade do “sujeito pós-moderno” seria marcada pela fragmentação da ideia de uma identidade unificada e estável. Esse sujeito seria, na realidade, portador de uma identidade “descentrada”, não fixada, sem um caráter essencial ou permanente. A identidade seria, portanto, “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.13). Nesse ponto a abordagem proposta por Hall pode ser de grande utilidade para a análise do objeto aqui proposto, pois ao pensar a emergência do termo “trabalhadores em educação” deve-se questionar até que ponto essa denominação comporta uma identidade única, inequívoca, estável ou se não seria uma forte demonstração de uma identidade descentrada.

Ao analisar a tentativa de construção de uma identidade nacional, Hall (2006) argumenta que não importam as diferenças entre os membros de uma nação, sejam em termos de classe, gênero ou raça, há sempre uma tentativa de unificá-los em uma mesma identidade cultural, a partir disso, propõe a seguinte questão: “mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?” (HALL, 2006, p.59). Essa questão poderia ser transposta para se pensar a construção de uma identidade centrada na ideia de “trabalhadores em educação”, pois seria essa suficientemente forte e unificadora a ponto de subordinar formas identitárias diversas provenientes das interações comunicativas reiteradas quotidianamente? Ou ainda, de subordinar diferenças provenientes de trajetórias individuais e profissionais diversas, especialmente em um país onde o movimento operário era visto pelos setores hegemônicos como algo condenável?

Se hoje ainda constatamos a presença de imagem da profissão como sacerdócio ou de assistência social, significaria que as maneiras como foram construídos os discursos em torno da terminologia “trabalhadores em educação” seriam tentativas de anular outras formas tensionantes de construção identitária visando homogeneizar uma identidade social em detrimento das identidades profissionais?

Diferentes autores apresentam críticas a essa tentativa de se estabelecer uma identidade homogeneizadora. Para Sarmiento (2000), quando analisa as lógicas de ação nas escolas, há por parte das instituições, como os sindicatos e associações profissionais, uma produção simbólica contínua, nas quais existem elementos que exercem “pressões uniformizadoras e tendências hegemônicas, mas a sua pluralidade [dos elementos simbólicos] permite também modos particularizados de interpretação e de conduta aos coletivos de professores e de alunos, com a afirmação de contratendências” (SARMENTO, 2000, p.85).

Para Martuccelli (2002)⁴, essa tentativa de se estabelecer uma identidade homogeneizadora constitui-se em um dos extremos da tensão identitária, que buscaria “afirmar uma espécie de essência comum a todos os membros de uma categoria, impondo-se assim uma base identitária supostamente mais profunda e substancial que a própria individualidade”(p.419)⁵, seria, no caso aqui analisado, uma base identitária centrada na ideia de que os docentes compõem um todo que ultrapassa suas individualidades ou especificidades de atuação, todos seriam trabalhadores.

A construção da crítica sobre as tentativas de homogeneização da identidade é um aspecto que deve ser levado em consideração ao se analisar a incorporação de um elemento simbólico comum que buscaria aglutinar todos/as os/as professores/as, especialistas da educação, diretores/as de escola, cantineiras e faxineiros/as em torno da nomenclatura “trabalhadores em educação”, desconsiderando – ou buscando intencionalmente anular – possíveis “contratendências” a uma forma identitária prevalente. Contratendências essas que evidenciaríamos a presença de sistemas estruturantes de identidades profissionais em tensão e, também, evidenciaríamos contradições entre princípios de homogeneidade.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam para a pluralidade da construção de identidades, demonstrando que há uma tensão permanente que perpassa as formulações

⁴ Texto original em francês. Tradução nossa.

⁵ O outro extremo dessa tensão identitária seria justamente o inverso, ou seja, assumir uma dispersão identitária virtual e ilimitada, como um “movimento ‘fractal’ de diferenças individuais” (MARTUCCELLI, 2002, p.419-420. Tradução nossa)

identitárias dos docentes, tensão evidenciada, de acordo com Dubar (2005), na relação entre os aspectos relacionais e biográficos. A análise das representações identitárias presentes na documentação analisada demonstra que a construção de identidades é um processo dinâmico, que pode conhecer fases de rupturas, de continuidades ou de reelaborações, que comporta múltiplas dimensões, seja relacionado aos contextos sócio-históricos, seja relacionado às experiências relacionais individuais e coletivas pela quais passam os docentes, tanto no exercício profissional quanto no que diz respeito aos seus pertencimentos sociais. Com Bauman (2005), afirmamos que “a identidade é um conceito altamente contestado. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha” (p.83).

Os trabalhadores em educação

Na análise do contexto situacional no qual emerge o termo “trabalhadores em educação” no final dos anos 1970 buscou-se compreender os impactos das novas configurações sociais, políticas e econômicas sobre as representações identitárias que as entidades dos docentes constroem. De acordo com Sader (1988), essas configurações sociais que emergem nesse período são marcadas por uma crise de representação, manifestada em vários setores da sociedade: uma crise de representação da igreja, evidenciada nas formulações da “teologia da libertação”; uma crise no movimento sindical, que se expressaria na formulação de uma nova matriz discursiva do chamado “novo sindicalismo”, que busca romper com práticas sindicais atreladas à tutela estatal, ao “trabalhismo populista”; e a crise das esquerdas, em decorrência do próprio histórico de derrotas sofridas a partir do golpe militar de 1964 e dos impasses internacionais.

Qual impacto esse contexto teria sobre as formas de socialização e de construção das representações identitárias dos docentes por parte de suas entidades? O estudo empírico da documentação produzida por essas entidades pode nos revelar de que forma esse contexto influenciou nas (re)elaborações identitárias dos docentes, pois “todas as identidades são denominações relativas a uma época histórica e a um tipo de contexto social. Todas as identidades, coletivas e pessoais, são assim consideradas em processos históricos e contextos simbólicos” (DUBAR, 2005, p.xxi).

Não é objetivo desse artigo fazer uma revisão da literatura sobre os estudos realizados que trazem análises em torno da questão da formulação identitária a partir da ideia de “trabalhadores em educação”, mas não podemos deixar de contrapor algumas considerações

elaboradas em torno da questão, pois dessa forma teremos um substrato a partir do qual podemos enunciar a linha teórico-metodológica por nós trabalhada.

Podemos considerar que Arroyo (1980)⁶, ao publicar um artigo com a seguinte questão-título, “operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?”, inaugura a discussão no Brasil sobre as transformações identitárias dos docentes em torno da ideia de “trabalhadores em educação”. Sob o efeito das grandes greves operárias ocorridas no Brasil em 1978-79, o autor afirma o objetivo de compreender “o contexto educacional brasileiro” à luz da conjuntura sócio-política do período. Para o autor, esse contexto teria a marca de uma nova organização e participação das classes populares na vida do país, que através de “greves e pressões se situam dentro de um movimento profundo de transformação das relações sociais de produção, das relações de trabalho e das condições coletivas de vida dos trabalhadores”, gerando uma “nova consciência e nova prática de classe” (ARROYO, 1980, p.10).

Ao analisar as greves de professores/as de 1978-79, Arroyo (1980) aponta a existência de uma solidariedade entre “trabalhadores da produção” e “trabalhadores do ensino” na luta contra a escola ideologicamente de caráter burguês. Esta solidariedade geraria uma identidade entre esses trabalhadores, pois os docentes foram se transformando em “força de trabalho” vendida ao “patrão Estado”. Uma nova identidade docente para Arroyo (1980) se constituiria na luta por melhores condições de trabalho e salário, mas também na luta pela transformação da sociedade, a partir da solidariedade comum. A identificação com os demais trabalhadores adviria da tomada de uma “nova consciência” sobre a situação social brasileira e sobre a necessidade de se unir todo o movimento dos trabalhadores. O autor, portanto, projeta uma inevitabilidade da construção identitária ligada à ideia de “trabalhadores da educação”, pois analisa que as contradições inerentes ao sistema capitalista forjariam uma tomada de consciência de classe por parte dos docentes, que se engajariam na luta pela transformação da sociedade, ativando um processo de transformação identitária.

Essa identificação dos docentes com os demais trabalhadores, como apontado por Arroyo (1980), pressupõe uma perspectiva intencional-reflexiva dos atores envolvidos nesse processo, pela qual teriam a “faculdade de causar permanência ou mudança na vida social através da ação” (DOMINGUES, 2004, p.12). Para Arroyo (1980) a emergência de um novo

⁶ ARROYO, Miguel. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Educação e Sociedade*. São Paulo, v.2, n.5, jan.1980. p.5-23. Este artigo se originou a partir de uma comunicação apresentada no 2º Encontro Nacional de Supervisores de Educação, realizado em Curitiba em outubro de 1979.

contexto social, pressupõe a existência de um sujeito com interesses uniformes e responsável pela direção das mudanças sociais. A nova identidade substituiria a anterior como decorrência da direção unívoca da transformação social. Essa proposição de Arroyo (1980) nos leva a questionar, como propõe Domingues (2004), os “níveis de centramento das subjetividades coletivas⁷”, pois como nos afirma esse autor

“A noção de uma subjetividade centrada – bem definida e delimitada, com uma identidade clara, dirigida por centros decisórios bem estabelecidos – não pode mais ser tomada como evidente. (...) Conflitos, fontes múltiplas de dispersão, conhecimento limitado das condições da ação e das intenções de outros agentes, são variáveis que contribuem para aumentar ou reduzir os níveis de centramento e intencionalidade do sistema” (DOMINGUES, 2004, p.30).

Desse ponto de vista, a identificação dos docentes como “trabalhadores em educação”, em uma entidade homogênea, centrada, seria “insustentável”, pois “esse centramento não é automático e necessário – ao contrário, é contingente, e sua realização é alcançada ou não de acordo com inúmeros fatores, a começar pelo sistema interativo em que aquelas coletividades se inserem” (DOMINGUES, 2004, p.29).

A defesa de um processo no qual os docentes se identificariam com os demais trabalhadores, projetada por Arroyo (1980), nos leva a questionar, também, se estaríamos neste período, diante do que Dubar (2005, p.140-141) chama de “conflitos estruturantes da identidade”, entre uma identidade herdada e uma identidade visada. Na perspectiva de Arroyo (1980), as identidades docentes herdadas já não responderiam às necessidades impostas pelas transformações pelas quais passava a sociedade naquele momento. As escolas e os docentes (seus trabalhadores) deveriam se sintonizar com essas transformações, com as lutas mais amplas, principalmente com as lutas pela democratização do acesso à escola. A “identidade visada” estaria em sintonia com as mudanças que viriam no sentido de transformar a função social da escola, de uma escola burguesa a uma escola para os trabalhadores.

O artigo de Arroyo explicita no Brasil a associação entre movimentos sociais/sindicais e a (re)construção de identidades sociais/profissionais nos sistemas públicos de educação básica do país. Implícita à análise desse autor está uma concepção ao mesmo tempo dicotômica e

⁷ Para Domingues (2004), a subjetividade coletiva “não deve ser pensada como uma duplicação, no plano coletivo, de atores individuais ou como a mera soma da ação de indivíduos” (p.36). Ela não seria “uma ação pura e simplesmente, nem um padrão estrutural. Ela é uma propriedade específica dos sistemas sociais, que pode ser descrita em termos estruturais, ao mostrar pessoa ocupando um certo número de ‘posições’ neles, porém não podem ser teoricamente reduzidas a isso” (p.56).

uniforme acerca da identidade social/profissional. Onde lutas sindicais e/ou movimentos sociais forjam identidades homogêneas a determinados grupos sociais e as contrapõem às representações forjadas anteriormente por grupos sociais hegemônicos [para o autor classes sociais]⁸.

Em uma perspectiva que questiona se de fato a construção discursiva formulada por entidades sindicais docentes, que posiciona os/as professores/as como “trabalhadores em educação”, tem sua correspondência na realidade, Oliveira (2006) aponta que depois de trinta anos passados das primeiras formulações acerca da construção de uma identidade, “os sindicatos não tiveram êxito em forjar a identidade de trabalhadores em educação, perseguida nas lutas sindicais classistas dos tempos de ditadura. É nítida a separação entre professores e funcionários dentro das escolas” (OLIVEIRA, 2006, p.217). Haveria, na realidade, uma “identidade cindida ou jamais constituída” (p.218). A autora questiona em relação à identidade docente se de fato o conjunto de trabalhadores da escola se identificou em algum momento como “trabalhadores em educação”. Questiona, ainda “em que medida essa identidade não foi uma criação artificial das lideranças políticas que tentaram transpor para dentro da escola valores de solidariedade e igualdade que jamais encontraram correspondência na prática desses trabalhadores” (OLIVEIRA, 2006, p.220).

Essas afirmações e indagações reforçam a necessidade de se investigar o momento de emergência, nas lutas promovidas pelos docentes, do termo “trabalhadores em educação”, pois as tensões, conflitos e contradições em torno dessa nomenclatura permanecem latentes até os dias de hoje, colocando em xeque a própria organização sindical dos docentes. No entanto, caberia confrontar tais indagações propostas por Oliveira (2006) com as proposições apresentadas por Dubar (2005), no sentido de se incorporar à análise o aspecto relacional da construção de identidades, especialmente a transação objetiva entre a identidade atribuída e a identidade assumida, pois “é na maneira como eles [os indivíduos] utilizam, pervertem, aceitam ou recusam as categorias oficiais que devem ser lidos os processos de identificação futura que implicam rearranjos permanentes tanto das crises quanto das categorias identitárias” (DUBAR, 2005, p.145-146). Nesse sentido, mesmo diante da “artificialidade” do termo “trabalhadores em educação”, como afirma Oliveira (2006), essa atribuição por uma de

⁸ O discurso político e social do período alimenta práticas as mais diversas de oposição à ditadura militar existente no país. Nesse sentido, no período era freqüente a construção de dicotomias a partir dos que defendiam a ditadura e aqueles que estavam contra. Eles e nós no período de luta pela redemocratização do país expressa um discurso que alimentava práticas de luta.

suas entidades representativas implicaria em um fator constituinte da construção de identidades docentes, mesmo que seja para contestá-lo.

Poderíamos, também, confrontar a análise proposta por Oliveira (2006) quanto à identificação dos docentes com o termo “trabalhadores em educação” com a perspectiva apresentada por Domingues (2009), quando trata das chamadas “abstrações reais”, relacionadas aos processos de “desencaixe⁹” que se desenvolvem com a modernidade. Utilizando as categorias analíticas apresentadas por Domingues (2009), podemos considerar a identificação com o termo “trabalhadores em educação” como uma “abstração real”, pois “para ser funcional esse tipo de identidade deve ser abstrato, porém também real” (DOMINGUES, 2009, p.39). Podemos dizer que diante do contexto de luta contra a ditadura militar, de degradação das condições de trabalho e salariais dos docentes, a identificação com os demais trabalhadores tinha um substrato real, porém marcada por uma “utopia homogeneizante” que geralmente “demonstra uma aguda tendência a rejeitar as particularidades” (DOMINGUES, 2009, p.39).

O termo “trabalhadores em educação”, portanto, como nos indica Maingueneau (2008), vai além de seu estrito valor semântico, adquire o estatuto de signo de pertencimento. Entre vários termos a priori equivalentes, a UTE foi levada a utilizar aquele que marca sua posição no campo discursivo. A utilização do termo “trabalhadores em educação” é uma clara intenção de demarcar uma posição, de estabelecer uma relação de pertencimento a um conjunto mais amplo de trabalhadores, de se buscar uma identidade com tal grupo.

Analisar este aspecto ao se tratar da busca da construção de uma determinada identidade docente por suas entidades representativas pode ser, segundo Fairclough (2001), um exercício de interdiscursividade estratégica, na medida em que elementos diferentes do significado potencial da palavra são destacados em tipos diferentes de discurso, como no caso, o uso de palavras por entidades docentes que remetem a uma lógica relacionada à luta sindical dos operários das fábricas – “trabalhadores em educação”. Fairclough (2001) vai chamar esse processo de “modelo hegemônico de significado de palavras”, pois “o sucesso em obter aceitação para significados particulares de palavras, e para uma estruturação particular do seu significado potencial, é sem dúvida uma forma de adquirir hegemonia” (p.235).

⁹ Domingues (2004), em teorização inspirada nos trabalhos de Marx, Simmel, Giddens e, em parte, de Parsons, considera que a modernidade se desenvolve através de “desencaixes”, que são processos que “arrancam as pessoas de contextos tradicionais, rompendo relações de subordinação pessoal e destruindo identidades estáveis, ou, em princípio, dadas como tais” (p.87).

Considerações finais

O delimitado espaço de um artigo, diante da complexidade da questão, não nos permite detalhar como a empiria vem reforçar, colocar em xeque, ou mesmo apontar novos caminhos em relação às proposições teóricas apresentadas acima. Esse caminho empírico é revelado pormenorizadamente na dissertação em conclusão. O que se pretendeu aqui é apontar perspectivas analíticas, apontar um possível caminho teórico-metodológico para as pesquisas em torno da identidade docente, mais especificamente em torno da identificação com a imagem do “trabalhador em educação”.

A mudança promovida pela UTE, tanto nas práticas de mobilização, quanto discursivas – que segundo publicação da entidade em comemoração aos seus vinte e cinco anos foi o “primeiro sindicato brasileiro a reunir, sob a mesma sigla, todos os/as trabalhadores/as em educação, e não apenas os/as professores/as”¹⁰ – envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras. Em relação à dimensão textual do discurso, a mudança deixa traços nos textos na forma de co-ocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes, como pudemos constatar em uma amostra do jornal “Módulo III”, n.1, de agosto de 1979, publicado pela UTE, no qual a forma como essa entidade denomina os docentes ainda é majoritariamente “professores” (33 ocorrências) ou “professorado” (24 ocorrências), havendo uma incidência bem menor para o termo “trabalhadores do ensino” (15 ocorrências, sendo a metade delas em duas páginas do jornal dedicadas à reprodução do estatuto provisório da UTE)¹¹. Fairclough (2001) nos aponta, em relação a essa questão, que à medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão produzindo mudanças estruturais nas ordens de discurso, estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas.

Ao formatar o conceito de “trabalhadores em educação” a UTE tenta impor uma transgressão discursiva, que implica uma transgressão nas formas de ação, estabelece novas fronteiras identitárias. Como ressalta Fairclough (2001), esse processo não ocorre de maneira automática, imediata, pelo contrário, ele comporta contradições, embates, deixando nos textos

¹⁰ Sind-UTE 25 anos. Publicação especial comemorativa dos 25 anos do Sind-UTE/MG. Dezembro de 2004. p.12 (Arquivo Sind-UTE).

¹¹ Não se pretende fazer uma estatística léxica puramente, mas como nos orienta Fairclough (2001), a análise dos processos de significação, as maneiras como os sentidos das palavras entram em disputas de lutas mais amplas, pode nos revelar dimensões políticas e ideológicas presentes nos discursos.

produzidos marcas dessas contradições. A análise do processo de naturalização desse discurso deve levar em conta as interpretações que dele é feita, como os docentes se colocam diante da mudança, diante das novas maneiras como as suas entidades os representam.

Cabe ressaltar o fato de como os referenciais teóricos apontados acerca das identidades docentes “coincide” com as proposições da análise do discurso apresentadas por Maingueneau (2008), quanto à heterogeneidade constitutiva, quanto ao primado do interdiscurso especialmente no que diz respeito ao descentramento, tanto do sujeito, quanto do discurso, e à necessidade da existência do Outro para a própria constituição identitária. A própria composição identitária pressupõe uma heterogeneidade, a coexistência de diversas dimensões que buscam, ao nível discursivo, apresentar-se como um todo coerente e homogêneo. Esse todo coerente foi buscado pela UTE sob a sigla “trabalhadores em educação”.

Acompanhando Martuccelli (2002), podemos afirmar que “a identidade é hoje uma relação e jamais uma substância, mas uma relação que deseja se mostrar como uma substância” (p.426. Tradução nossa). Reafirmamos, dessa forma, o caráter transitório e fundamentalmente relacional das constituições identitárias, ligadas a contextos históricos específicos, mas também seu caráter afirmativo, sua busca constante por coerência e estabilidade, que dê a sensação aos indivíduos de se reconhecerem como parte de uma coletividade, fios tecendo as complexas tramas das relações sociais.

Referências

ARROYO, Miguel. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Educação e sociedade*. São Paulo, v.2, n.5, jan.1980.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CATTONAR, Branka. Les identités professionnelles enseignantes. Ebauche d’un cadre d’analyse. *Cahier de Recherche du GIRSEF*, n.10, mar. 2001. < Disponível em: <http://www.girsef.ucl.ac.be/cahiers.html> >.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio de sociologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea – uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.316p.

FAIRCLOUGH, Norman. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001a. p.31-81.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.102p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARTUCCELLI, Danilo. *Grammaires de l'individu*. Paris: Gallimard, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em Revista-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG*, Belo Horizonte, n.44, p.209-227, dez.2006.

PROST, Antoine. Sociale et culturelle indissociablement. In: RIOUX, Jean-Pierre et SIRINELLI, Jean –François. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1996. p. 131- 145.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2000.